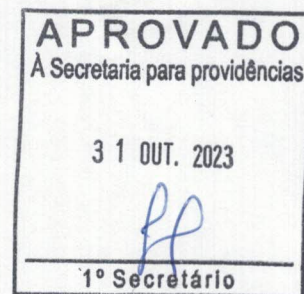




ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Gabinete Deputado **EDUARDO FORTES**



**Requerimento N° /2023**  
**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins**

001782

*Requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, Wanderlei Barbosa, encaminhando o Anteprojeto de Lei em anexo, que Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Médico Veterinário Legal – IMVL –, no âmbito do Estado do Tocantins.*

O Deputado signatário deste, nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins e após apreciação e aquiescência dos nobres pares, requer a Vossa Excelência que encaminhe expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Tocantins, **WANDERLEI BARBOSA CASTRO**, o Anteprojeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Médico Veterinário Legal – IMVL –, no âmbito do Estado do Tocantins.

#### JUSTIFICATIVA

Conforme disposto no artigo 23 da Constituição Federal, "é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, a fauna e a flora". Ainda, o artigo 24 estabelece que "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição".

No mesmo sentido, o artigo 225 do mesmo diploma prescreve que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", a este incumbindo o dever de "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade".

As diversas modalidades de crimes que resultam em complexos levantamentos de provas, exige da Polícia Técnico-Científica o conhecimento do crime específico a ser





**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

Gabinete Deputado **EDUARDO FORTES**

examinado, e a necessidade dos Órgãos Públicos de Perícia Técnica serem formados por profissionais multidisciplinares e especializados com o objetivo atingir a maior abrangência das ciências para auxiliar na justiça, gerando a necessidade de criação do Instituto Médico Veterinário Legal da Polícia Civil do Estado do Tocantins, especialmente para atender a responsabilidade do Estado de materializar os vestígios relacionados com os crimes contra os animais ou que envolvam os animais, por meio de uma estrutura própria e adequada, bem como de profissionais com especialização em medicina veterinária.

A Perícia Criminal passou a atuar sistematicamente na área ambiental, após a regulamentação da Lei de Crimes Ambientais – Lei nº 9.605/98, na qual diversas condutas lesivas ao meio ambiente foram definidas como crimes. Considerando ainda, a recente sanção, da Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, conhecida como “Lei Sanção”, que aumentou a punição para quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar cães ou gatos, o rol de crimes que necessitam de uma perícia técnica especializada vem se ampliando. Paralelamente a esta nova demanda, as faculdades de ensino superior estão implementando a nova especialidade denominada de Medicina Veterinária Legal que tem como objetivo disciplinar o conhecimento da medicina veterinária no auxílio da justiça.

Nesse contexto, o Instituto Médico Veterinário Legal – IMVL – além de realizar as perícias de maus tratos a animais, também poderá atuar na investigação de fraudes envolvendo animais ou produtos de origem animal, identificação animal, avaliação e evolução de rebanhos, prestando informações técnico-científicas relacionadas aos animais e aos produtos de sua origem, meio ambiente e/ou saúde pública e nas demais atividades de perícia criminal e de assessoramento à Polícia Técnico-Científica em assuntos pertinentes à criminalística relacionada aos animais.

Neste sentido, a presente proposta tem por objetivo provocar o Poder Executivo Estadual, para que crie e regule o funcionamento do IMVL, possibilitando maior





**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

Gabinete Deputado **EDUARDO FORTES**

eficiência nas investigações e nas decisões processuais que envolvem crimes contra animais.

**ANTEPROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2023**

*Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Médico Veterinário Legal- IMVL, no âmbito do Estado do Tocantins e adota outras providências.*

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:**

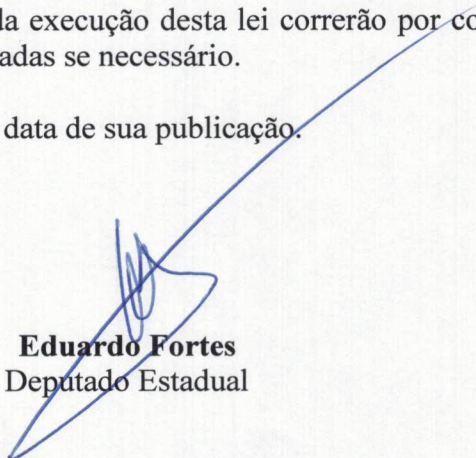
**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Instituto Médico Veterinário Legal - IMVL, com a atribuição de emitir laudos periciais para instruir processos e investigações de crimes contra animais.

**Art. 2º** O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários para a criação e funcionamento do Instituto Médico Veterinário Legal – IMVL.

**Art. 3º** O Instituto Médico Veterinário Legal – IMVL, tem por finalidade dirigir, gerir, planejar, orientar, coordenar, avaliar, controlar, fiscalizar e executar as atividades pertinentes às áreas da medicina veterinária, bem como assessorar o Superintendente de Polícia Técnico-Científica nos assuntos correspondentes.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
**Eduardo Fortes**  
Deputado Estadual